

PLR: SINDIPETRO-LP E FNP RETORNAM À MESA DE NEGOCIAÇÃO, MAS NEGOCIAÇÕES AVANÇAM POUCO

No último dia 25 de novembro, ocorreu mais uma rodada de negociação sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

A diretoria do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista, juntamente com os sindicatos que compõem a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), reuniu-se com representantes do Sistema Petrobrás para debater uma nova proposta. Ainda estão previstas reuniões com os representantes da empresa, além de uma rodada específica de negociação sobre o Programa por Resultados e Desempenho (PRD), antes do encaminhamento final pela FNP. Após essas etapas, assembleias serão convocadas para que a categoria possa deliberar sobre a proposta apresentada.

Nova proposta de PLR

A proposta apresentada pela Petrobrás retoma o modelo de piso único, eliminando o

contrapiso, e inclui um aumento de 6,6% em relação à primeira proposta, além de um reajuste de 8,33% no piso da PLR para 2025. Além disso, a empresa compromete-se a iniciar as negociações para o acordo de PLR 2026/2027 no primeiro trimestre de 2026. O documento prevê, ainda, a vigência de dois anos para o novo acordo de PLR (2024-2025).

A proposta continua distante da bandeira histórica defendida pela FNP: o pagamento máximo (6,25% do lucro líquido ou 25% dos dividendos distribuídos aos acionistas), de forma igual para todos os trabalhadores e trabalhadoras. Enquanto a Petrobrás projeta distribuir cerca de R\$ 80 bilhões para os acionistas privados, ao conjunto dos trabalhadores petroleiros que produzem as riquezas da companhia será

repassado somente 5% desse valor na Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Outro ponto crítico é a falta de isonomia entre os trabalhadores do Sistema Petrobrás. A FNP reafirma que as propostas de PLR devem ser integradas para todas as empresas do Sistema Petrobrás. Durante a reunião, não foi apresentada nenhuma nova proposta para as subsidiárias.

PRD e tragédia no TEBIG

A reunião destinada a tratar do Programa por Resultados e Desempenho (PRD), prevista para 27 de novembro, foi suspensa devido às mortes ocorridas no Terminal Marítimo Almirante Maximiano da Fonseca (TEBIG). As reuniões retornam nos dias 2 e 3 de dezembro. Diante da gravidade da situação, as diretorias

do Sindipetro-LP, da FNP e da Federação Única dos Petroleiros (FUP) decidiram adiar as discussões e organizar uma caravana ao TEBIG para averiguar os fatos e protestar, com o objetivo de evitar que essas mortes sejam tratadas apenas como números.

Essas mortes são reflexo da negligência de uma gestão que, ao longo dos anos, tem sucateado as unidades e operado com efetivo reduzido

A falta de investimentos em manutenção e a precarização das condições de trabalho têm gerado tragédias recorrentes, colocando em risco a vida dos petroleiros. A gestão da Transpetro, assim como da Petrobrás, precisa assumir sua responsabilidade e adotar medidas urgentes para garantir a segurança nas unidades e para isso, nossa bandeira é que a SMS seja um valor dentro da empresa, o que, infelizmente, ainda não é.

POR FALTA DE PLANEJAMENTO DA GESTÃO, TRABALHADORES (AS) DENUNCIAM FALTA DE ALIMENTOS NA PLATAFORMA P-70

A Diretoria do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista recebeu a denúncia de que, há cerca de três semanas, os trabalhadores e trabalhadoras da P-70 estão passando novamente por restrição alimentar devido à falta de planejamento da gestão da unidade. O problema vem se

agravando, e, neste momento, faltam itens como frutas, legumes, queijo, iogurte, margarina e requeijão.

Os embarcados reportaram a situação à enfermeira da unidade, que é fiscal, mas, até o momento, a situação só se agravou. A falta de alimentos, que é problema recorrente,

é uma clara demonstração da conduta da gestão da P-70, que não organiza a unidade para enfrentar situações adversas, como a ocorrida no dia 6 de novembro, quando um navio com rancho encostou na plataforma, mas a condição da maré não permitiu o transbordo.

A Diretoria do Sindicato entende que as condições climáticas e da maré não podem ser controladas, mas a gestão precisa entender e trabalhar com todas as variáveis possíveis para que esses fatores não afetem a habitabilidade, saúde e segurança da unidade.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS APOIA O FIM DA ESCALA 6x1

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) declara seu apoio integral ao Movimento Vida Além do Trabalho (VAT) e à luta pela extinção da escala 6X1, que também tem por objetivo a redução da jornada máxima de trabalho para 36 horas semanais, sem redução de salários, em nosso país.

Nas últimas semanas, logo após a eleição do vereador carioca Rick Azevedo (PSOL-RJ) – trabalhador balconista de farmácia e fundador do movimento VAT –, uma intensa mobilização tem ganhado repercussão nas redes sociais, e agora chegou à Câ-

mara dos Deputados.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC), de autoria da deputada Erika Hilton (PSOL-SP), que propõe essa nova regulamentação para a CLT, avançou significativamente rumo à tramitação nas comissões daquela Casa, atingindo 194 assinaturas no dia 13 de novembro – eram necessárias 171 assinaturas para a PEC ter a sua análise de admissibilidade iniciada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A FNP repudia a desumana escala 6X1, que representa o ápice da exploração laboral e prejudica, principalmente, os

trabalhadores e trabalhadoras mais precarizados e vulneráveis que ocupam a base da pirâmide profissional.

É urgente a luta por condições de trabalho mais dignas, pelo direito ao descanso remunerado, à convivência familiar plena, ao acesso à educação, cultura e lazer, que são algumas das perspectivas que contemplam uma jornada de trabalho mais equilibrada.

O fim da escala 6X1 e a redução da jornada de trabalho são essenciais para garantir mais saúde (física e mental) e o bem-estar de toda a classe trabalhadora

brasileira.

A FNP se soma aos companheiros e companheiras do movimento VAT para colocar um fim nessa exploração desmedida da escala 6X1. Enquanto entidade nacional representativa da categoria petroleira, reafirmamos o nosso compromisso de seguir apoiando essa luta em todas as esferas e instâncias possíveis.

Juntos, todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, vamos construir um caminho mais justo e equilibrado, que culmine em uma vida digna a todos, para além do trabalho!

CALOR E BARULHO: TRABALHADORES SOFREM COM FALHAS NO AR-CONDICIONADO EM AEROPORTO

Desde o dia 1º de novembro, petroleiros e petroleiras das plataformas que utilizam o aeroporto de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, enfrentaram uma situação crítica que poderia ter sido evitada com um planejamento mais eficiente. A recente privatização do aeroporto trouxe mudanças na estrutura, incluindo o reposicionamento das áreas de espera dos voos da Azul, mas com consequências adversas: calor intenso e ruído constante da turbina do condensador de ar condicionado.

Esses problemas foram de-

sencadeados após a mudança da área de espera, que alterou também o layout do saguão. A única lanchonete do local foi retirada, e os condensadores dos aparelhos de ar condicionado foram reposicionados de maneira inadequada. Ao invés de serem instalados próximos às evaporadoras, os condensadores ficaram a uma distância maior, gerando um vazamento de gás refrigerante e paralisando o sistema de ar condicionado por uma semana inteira, até que finalmente foram religados na última sexta-feira (08).

Durante esses dias, traba-

lhadores e trabalhadoras ficaram expostos a uma condição desconfortável, agravada pelo calor da cidade e pelo barulho dos equipamentos. Apesar do impacto causado pela aglomeração de pessoas ter sido minimizado pela pontualidade dos voos, a falta de ar condicionado comprometeu severamente o bem-estar dos passageiros e funcionários que circulam pelo aeroporto. Essa situação lança luz sobre as questões de gestão e manutenção que emergiram com a privatização do aeroporto, um processo iniciado no governo

anterior.

Esse episódio levanta preocupações sobre a qualidade dos serviços oferecidos no local e evidencia a necessidade de um planejamento mais robusto para evitar transtornos àqueles que dependem de condições mínimas de conforto e segurança. A administração de espaços como aeroportos, especialmente em cidades com altas temperaturas, deve priorizar o conforto dos usuários e garantir que falhas técnicas sejam rapidamente solucionadas para evitar situações críticas como esta.